



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
SECRETARIA DE AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS
EXTRAJUDICIAIS DA PJM EM BRASÍLIA -

Notícia de Fato 210.2023.000008

Informações

- **Classe** - Notícia de Fato
- **Assunto principal**
(0003664) DIREITO PENAL / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / Crimes Militares
- **Data de registro** - 11/01/2023 às 15:13h
-

Prazos

Descrição	Situação	Observação	Data limite
Dar andamento às representações, requerimentos, petições e peças de informação - Art. 3º, da Resolução 174 do CNMP. De acordo com a Portaria nº 291, de 27/11/2017, do CNMP, prazo de 30 dias, prorrogável, uma vez, fundamentadamente, por mais 90 dias.	Atrasado		10/02/2023 (Sexta-feira)

Pessoas interessadas

- **NOTICIADO** - Vilmar José Fortuna

Movimentos

Nº.	Nome do movimento	Página
1	920008 - Registro de Notícia de Fato (por MICHELLE STYPULKOWSKI em 11/01/2023 às 15:13h) <i>Suposta participação de militar da Marinha em manifestação antidemocrática</i>	3
2	920272 - Certidão / Informação (por MICHELLE STYPULKOWSKI em 11/01/2023 às 15:24h) <i>Nada Consta</i>	8
3	920005 - Feito distribuído ao Membro (por MICHELLE STYPULKOWSKI em 11/01/2023 às 15:25h)	
4	920025 - Feito encaminhado a órgão interno (por MICHELLE STYPULKOWSKI em 11/01/2023 às 15:26h) <i>Órgão destino: 2ª PJM BRASÍLIA/DF</i>	
5	920005 - Feito distribuído ao Membro (por HUGO FABRINO em 11/01/2023 às 16:09h)	
6	920023 - Feito encaminhado ao Membro (por HUGO FABRINO em 11/01/2023 às 17:20h) <i>Encaminhado para: CLAUDIA MARCIA RAMALHO MOREIRA LUZ</i>	
7	920109 - Procedimento arquivado integralmente, sem remessa à CCR (por Dra. CLAUDIA LUZ em 17/01/2023 às 20:25h) <i>Decisão de arquivamento</i>	9
8	1000022 - Devolução de procedimento (por Dra. CLAUDIA LUZ em 17/01/2023 às 20:25h)	
9	1000009 - Encaminhamento ao servidor (por HUGO FABRINO em 18/01/2023 às 13:50h) <i>Encaminhado para: HUGO REZENDE FABRINO</i>	
10	920261 - Expedido ofício (por HUGO FABRINO em 18/01/2023 às 15:29h) <i>Ofício nº 1/SEC/2ªPROC/BSB/DF/MPM - ao 7º DN</i>	11
11	920261 - Expedido ofício (por HUGO FABRINO em 25/01/2023 às 18:35h) <i>Ofício nº 4/SEC/2ªPROC/BSB/DF/MPM - Comunica arquivamento ao PGJM</i>	14
12	1000000 - Arquivamento definitivo do procedimento (por HUGO FABRINO em 25/01/2023 às 18:36h)	
13	920070 - Determinado o desarquivamento do procedimento (por HUGO FABRINO em 02/06/2023 às 16:58h)	
14	920057 - Juntada de documento(s) (por HUGO FABRINO em 02/06/2023 às 17:00h) <i>Ofício nº 01.2-49/Com7ºDN-MB - Encaminha Conclusão de Sindicância</i>	16
15	920007 - Redistribuído (por HUGO FABRINO em 02/06/2023 às 17:01h)	
16	920023 - Feito encaminhado ao Membro (por HUGO FABRINO em 02/06/2023 às 17:01h) <i>Encaminhado para: CAROLINE DE PAULA OLIVEIRA PILONI</i>	
	920044 - Despacho (por Dra. CAROLINE PILONI em 02/06/2023 às 19:56h)	

17	<i>Despacho</i>	31
18	1000022 - Devolução de procedimento (por Dra. CAROLINE PILONI em 02/06/2023 às 19:56h)	
19	1000009 - Encaminhamento ao servidor (por HUGO FABRINO em 05/06/2023 às 14:55h) <i>Encaminhado para: HUGO REZENDE FABRINO</i>	
20	1000000 - Arquivamento definitivo do procedimento (por HUGO FABRINO em 05/06/2023 às 16:25h)	

Este arquivo foi gerado em 20/06/2023 às 19:14h.

Guilherme Amado

Capitão lotado no Ministério da Defesa participa de ato terrorista

Vilmar José Fortuna, assessor do Ministério da Defesa, participou de manifestação que depredou prédios públicos em Brasília

Guilherme Amado Natália Portinari

08/01/2023 18:06, atualizado 10/01/2023 16:21



O capitão-de-mar-e-guerra reformado da Marinha Vilmar José Fortuna, que esteve lotado como assessor no Ministério da Defesa, participou da [manifestação golpista](#) neste domingo em Brasília.

Assinado eletronicamente por: MICHELLE STYPULKOWSKI em 11/01/2023

10/01/2023 17:51

Capitão lotado no Ministério da Defesa participa de ato terrorista | Metrôpoles

Ele posou para uma foto em frente ao Congresso Nacional invadido por vândalos. Vilmar José Fortuna foi assessor do Ministério da Defesa desde 2013, segundo seu perfil no LinkedIn.

Após a publicação desta nota, o Ministério da Defesa havia informado que Vilmar José Fortuna não era mais assessor da pasta. Depois, [o órgão se corrigiu](#) e verificou que havia uma portaria da Marinha que dava a Vilmar o cargo de assessor.

Assinado eletronicamente por: MICHELLE STYPULKOWSKI em 11/01/2023



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
Setor de Embaixadas Norte, Lote 43 - Brasília/DF - CEP 70800-400
Telefone: (61)3255-7308 e-mail:pgjm.gabinete@mpm.mp.br

Ofício nº 14/GAB-PGJM/MPM

Brasília, 10 de janeiro de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ
Procuradora de Justiça Militar
2ª PJM Brasília/DF

Assunto: **Encaminha notícia.**

Senhora Procuradora,

Encaminho a Vossa Excelência notícia divulgada no portal Metrôpoles a respeito da participação de militar da Marinha do Brasil nos atos em tese criminosos ocorridos na Capital da República no dia 8 de janeiro de 2023 (<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/capitao-que-era-lotado-no-ministerio-da-defesa-participa-de-ato-terrorista>), para conhecimento e medidas eventualmente cabíveis pela PJM Brasília/DF.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO PEREIRA DUARTE, Procurador-Geral de Justiça Militar**, em 10/01/2023, às 18:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1241402** e o código CRC **DD8C28A7**.

19.03.0000.0000258/2023-03

ASSEJURPGJM1241402v3

Assinado eletronicamente por: MICHELLE STYPULKOWSKI em 11/01/2023



**MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA
GABINETE DA PROCURADORA DE JUSTIÇA MILITAR CLAUDIA
MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ**

Despacho nº 8 GAB 2ªPROC 1ºOF/PJM/BSB/DF/MPM

À Secretaria:

Autue-se e distribua-se, nos termos da Resolução CNMP nº 174/2017.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ, Procuradora de Justiça Militar**, em 11/01/2023, às 11:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1241452** e o código CRC **AEC90B4B**.

19.03.0000.0000258/2023-03

MPM/DF/BSB/PJM/GAB 2ªPROC 1ºOF1241452v1



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
SECRETARIA DE AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS EXTRAJUDICIAIS DA PJM
EM BRASÍLIA

Setor de Embaixadas Norte, lote 43, Bloco C, Asa Norte - Brasília/DF - CEP 70800-400
(61) 3255-7771 - (61) 3255-7779 e-mail: pjmdf.of1@mpm.mp.br

CERTIDÃO

Certifico que, conforme pesquisa realizada no sistema processual informatizado do MPM, até a presente data, **NÃO CONSTAM** registros de procedimentos judiciais/extrajudiciais acerca dos fatos investigados no presente Procedimento.

Brasília-DF, 11 de janeiro de 2023.

Michelle Stypulkowski

Secretaria PJM/Brasília

Assinado eletronicamente por: MICHELLE STYPULKOWSKI em 11/01/2023

NF 210.2023.000008

DECISÃO

Trata-se de notícia de fato originada de denúncia divulgada no portal Metrôpoles, encaminhada pela PGJM à PJM/DF.

A notícia informa:

“(…)

Capitão lotado no Ministério da Defesa participa de ato terrorista.

Vilmar José Fortuna, assessor do Ministério da Defesa, participou de manifestação que depredou prédios públicos em Brasília.

O capitão-de-mar-e-guerra reformado da Marinha Vilmar José Fortuna, que esteve lotado como assessor no Ministério da Defesa, participou da manifestação golpista neste domingo em Brasília.

Ele posou para uma foto em frente ao Congresso Nacional invadido por vândalos. Vilmar José Fortuna foi assessor do Ministério da Defesa desde 2013, segundo seu perfil no LinkedIn.

Após a publicação desta nota, o Ministério da Defesa havia informado que Vilmar José Fortuna não era mais assessor da pasta. Depois, o órgão se corrigiu e verificou que havia uma portaria da Marinha que dava a Vilmar o cargo de assessor. (…)”

Na notícia consta também foto de casal, ela com a bandeira do Brasil e ele vestindo camisa amarela.

Da notícia e da foto, somente se verifica que o casal posou em frente ao Congresso Nacional na data em que ocorreram as invasões e atos de vandalismo já amplamente divulgados pela imprensa.

Tal fato não é crime militar e, portanto, não há atribuição desta procuradoria para investigar o contido na representação.

Assim, determino o arquivamento nos termos da Resolução nº 174/2017 CNMP, art.4, inciso I.

Encaminhe-se a Marinha a íntegra desta Notícia de Fato para ciência e providências que julgar cabíveis.

Providências pela Secretaria.

Brasília (DF), 17 de janeiro de 2023.

CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ
Procuradora de Justiça Militar

Assinado eletronicamente por: Dra. CLAUDIA LUZ em 17/01/2023



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA

SECRETARIA DA 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
Setor de Embaixadas Norte, lote 43, Bloco C - Brasília/DF - CEP 70800-400
Telefone: (61) 3255-7752/ 7755/ 7753/ 7754

Ofício nº 1/SEC/2ªPROC/BSB/DF/MPM

Brasília, 18 de janeiro de 2023.

Ao Senhor

Vice-Almirante Gilberto Santos KERR

Comandante do 7º Distrito Naval

Esplanada dos Ministérios, bloco N predio anexo, DF, 70055-900

cfb.secom@marinha.mil.br

Assunto: Encaminha cópia da Notícia de Fato nº 210.2023.000008

Senhor Comandante,

De ordem da Exma. Dra. Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, Procuradora de Justiça Militar, e em cumprimento ao despacho anexo, encaminho cópia integral da Notícia de Fato nº 210.2023.000008 para ciência e providências que julgar cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **HUGO REZENDE FABRINO**, Secretário de Procuradoria, em 18/01/2023, às 15:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1244669** e o código CRC **04E8E303**.

19.03.0003.0000014/2023-85

MPM/DF/BSB/2ªPROC/SEC1244669v3

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 18/01/2023



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA

SECRETARIA DA 2ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM BRASÍLIA/DF
Setor de Embaixadas Norte, lote 43, Bloco C - Brasília/DF - CEP 70800-400
Telefone: (61) 3255-7752/ 7755/ 7753/ 7754

Ofício nº 4/SEC/2ªPROC/BSB/DF/MPM

Brasília, 25 de janeiro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor(a) / Ao Senhor / À Senhora
Dr. ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Procurador-Geral de Justiça Militar
Procuradoria-Geral de Justiça Militar

Assunto: Arquivamento da Notícia de Fato nº 210.2023.000008

Senhor Procurador-Geral de Justiça Militar,

De ordem da Exma. Dra. Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz,
Procuradora de Justiça Militar, encaminho cópia da decisão de arquivamento da Notícia
de Fato nº 210.2023.000008 em anexo para conhecimento.

Atenciosamente,

Hugo Rezende Fabrino

Secretário da 2ª PJM/DF




Documento assinado eletronicamente por **HUGO REZENDE FABRINO, Secretário de Procuradoria**, em 25/01/2023, às 18:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mpm.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1418443&infra_siste...)

19.03.0000.0000258/2023-03

MPM/DF/BSB/2ªPROC/SEC1248269v3

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 25/01/2023

	MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR	
PROTOCOLO ELETRÔNICO 2_PJM_BRASILIA.00090.2023		
REMETENTE		
Nome: JEFFERSON ALVES DA SILVEIRA	CPF: 785.606.911-20	
Telefone: 6134291152	Email: jefferson.silveira@marinha.mil.br	
Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco N, Prédio Anexo, 2º Andar, CEP 70.055-900, Brasília-DF		
DESTINATÁRIO		
Nome: Procuradora de Justiça Militar Dr. CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ	UF: DF	
Procuradoria: 2ª PJM/BRASILIA		
Mensagem: Notícia de Fato nº 210.2023.000008, que trata da matéria divulgada no portal de notícia Metrópoles, em desfavor do Capitão de Mar e Guerra (Refº-T) 85.003.88 VILMAR JOSÉ FORTUNA.		

Protocolo criado em 01/06/2023 16:40:43

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

Documento Principal

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

RESERVADO**MARINHA DO BRASIL****COMANDO DO 7º DISTRITO NAVAL**

Esplanada dos Ministérios - Bloco "N" - Prédio Anexo - 2º Andar
CEP 70055-900 - Brasília - DF
(61) 3429-1203 - com7dn.secom@marinha.mil.br

Ofício nº 01.2-49/Com7ºDN-MB
01.2/084.1.01
63991.000084/2023-81.

Brasília, DF, 1º de junho de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
CLÁUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ
Procuradora de Justiça Militar
2ª Procuradoria de Justiça Militar em Brasília - DF
Setor de Embaixadas Norte, Lote 43, Bloco C
70800-400 - Brasília - DF

Assunto: Conclusão de Sindicância - Notícia de Fato nº 210.2023.00008

Senhora Promotora,

1. Em atenção ao contido no Ofício nº 1/SEC/2ªPROC/BSB/DF/MPM, de 18 de janeiro de 2023, dessa Procuradoria, recebido neste Comando no dia 19 de janeiro do corrente ano, referente à Notícia de Fato nº 210.2023.00008, que trata da matéria divulgada no portal de notícia Metrôpoles, em desfavor do Capitão de Mar e Guerra (Refº-T) 85.003.88 VILMAR JOSÉ FORTUNA, transmito a Vossa Excelência o Relatório e a Solução da Sindicância instaurada por meio da Port nº 67/2023 (R), deste Comando, para conhecimento.

Atenciosamente,

JOSÉ VICENTE DE ALVARENGA FILHO

Vice-Almirante

Comandante

ASSINADO DIGITALMENTE

RESERVADO

62055.004700/2023-90



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: OfExt-01-2.49-2023-Com7DN-PJM-Conclusao-Sindicancia---Noticia-
Fato-n.-210.2023.00008---084.1.01---ICP-Brasil.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

JOSE VICENTE DE ALVARENGA FILHO (CPF 905.639.807-53) em 01/06/2023 16:16:21 -03

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

Anexo Documento Principal

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

RESERVADO



RELATÓRIO

Verificando-se cuidadosamente a presente Sindicância, instaurada pela Portaria nº 67, de sete de fevereiro de dois mil e vinte e três, do Comandante do 7º Distrito Naval, que visa apuração da ocorrência objeto da Notícia de Fato nº 210.2023.000008, os quais chegaram ao conhecimento deste Comando por meio do Ofício nº 1/SEC/BSB/DF/MPM, de dezoito de janeiro de dois mil e vinte e três, (fls. 04 a 13), e considerando o previsto na legislação e normas vigentes, para esclarecimentos dos fatos alegados, foram constatados os fatos abaixo.

1 – DAS DILIGÊNCIAS

Em razão da natureza dos fatos narrados na presente sindicância, entendeu-se que seria necessário realizar a oitiva do Capitão de Mar e Guerra (Refº-T) 85.0003.88 Vilmar José Fortuna, descrita a seguir, além de enviar o Ofício nº2/Com7DN-MB e o Ofício nº3/Com7DN-MB para o Departamento de Polícia Federal e a Polícia Civil do Distrito Federal, respectivamente, com o fim de requerer informações, de modo a evitar sobreposições de providências pela Marinha do Brasil e daquelas instituições, em especial se o citado oficial responde a algum inquérito ou foi incluído em investigação sobre os atos ocorridos em Brasília em 08 de janeiro de 2023.

Em relação aos ofícios supracitados, o Departamento de Polícia Federal informou que o Comandante Fortuna está sendo investigado por suposta participação nos atentados de 08 de janeiro de 2023 nos autos da PET nº 10.993/DF, ora em trâmite no STF, sob a relatoria do Ministro Alexandre de Moraes. Além disso, aquele órgão policial ressaltou que o procedimento tramita em segredo de Justiça, tendo aquela instituição sugerido solicitar o acesso diretamente ao Poder Judiciário.

Quanto ao ofício enviado à Polícia Civil do Distrito Federal, aquela instituição informou que não foi encontrado inquérito policial referente aos atos ocorridos em 08/01/2023 envolvendo o referido Capitão de Mar e Guerra (Refº-T) 85.0003.88 Vilmar José Fortuna. E, por oportuno, registrou que as investigações sobre aqueles fatos estão sendo realizadas pelo Departamento de Polícia Federal.

RESERVADO

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

RESERVADO



Além disso, o site “UOL” informou que, no dia 17 de março de 2023, o Capitão de Mar e Guerra (Refº-T) 85.0003.88 Vilmar José Fortuna foi um dos alvos de busca e apreensão pelo Departamento de Polícia Federal, em mais uma fase da Operação “Lesá Pátria”.

2 – DA INQUIRIRÃO

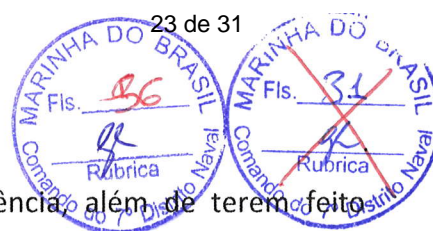
A fim de buscar os elementos de prova concernentes à apuração da ocorrência objeto da Notícia de Fato nº 210.2023.000008, foi realizada, em 17 de fevereiro de 2023, inquirição do Capitão de Mar e Guerra (Refº-T) 85.0003.88 Vilmar José Fortuna, na condição de sindicado.

Na inquirição (fls. 21 a 27), o sindicado alegou que, no dia 08 de janeiro de 2023, o Sindicato e sua esposa almoçaram no restaurante Mangai, no Shopping ID, Asa Norte, tendo pago a conta no cartão de crédito, por volta de 14h08. Em seguida, o casal dirigiu-se, de forma isolada, para a Esplanada dos Ministérios, estacionando seu veículo em um dos anexos, próximo ao Palácio Itamaraty. Ato contínuo, dirigiram-se ao gramado em frente ao Congresso Nacional, cujo acesso não apresentava nenhuma barreira, lá chegando por volta das 14h39, com o intuito de observar a manifestação, até então considerada democrática e pacífica. Durante o período em que permaneceram naquele local, informou que a conduta do casal se ateve à obtenção de alguns registros fotográficos e pequenos deslocamentos pelo gramado, sempre se comportando de forma pacífica e sem nada verbalizar. Afirmou, ainda, que do local em que estava, não se podia observar o que estava ocorrendo dentro do Congresso Nacional, tendo apenas visto pessoas na laje superior, na rampa e no gramado do prédio do Poder Legislativo. Entretanto, todas elas estavam em deslocamentos pacíficos, inclusive com grupos de policiais militares próximos e agindo de forma tranquila, pois, até então, não havia nenhum ato de vandalismo no local. Além disso, referindo-se à foto publicada pelo jornal “Metrópoles”, apontou que aquele registro não mostra nenhum indício de pessoas correndo, ações policiais ou algo parecido. Questionado se, em algum momento, o Sindicato e sua esposa saíram do gramado em que estavam, o Comandante Fortuna respondeu que, por volta das 15h45, iniciaram deslocamento em direção à “pista sul” da Esplanada, contornando o gramado do Congresso Nacional, passando em frente ao Palácio Itamaraty, a fim de que pudessem ver de longe o que poderia estar acontecendo na Praça dos Três Poderes. Daquele local, verificaram haver muitas pessoas naquela Praça, bem como ao redor do Supremo Tribunal Federal, sem

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

RESERVADO

RESERVADO

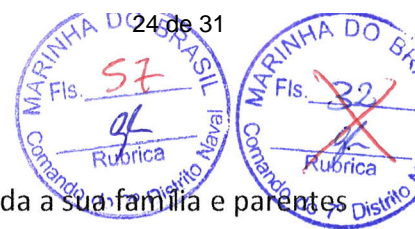


terem observado, até aquele momento, nenhuma cena de violência, além de terem feito poucos registros fotográficos. Em seguida, retiraram-se do local, retornando à residência. Ademais, informou possuir registros fotográficos obtidos pelo celular no dia dos fatos narrados e se prontificou a disponibilizá-los, que refletem seu movimento pelo local, com a sequência cronológica dos eventos, com localização e horário, registrando desde o almoço no restaurante Mangai até a chegada em sua residência. Ainda em relação à foto publicada pelo veículo de imprensa “Metrópoles”, o Sindicato disse que aquele registro fotográfico foi compartilhado por sua esposa, sem que o Sindicato soubesse, em grupo fechado do aplicativo de mensagens “WhatsApp” denominado “Happy Hour”, composto por 17 (dezessete) pessoas moradoras do condomínio em que reside. Informou também que o autor do vazamento da foto para o jornal “Metrópoles”, o fez de forma criminosa (sic), uma vez que o grupo é restrito. Alegando que a pessoa que vazou a foto deve ter informado o nome completo do Sindicato e, com esse dado, o jornalista acessou o perfil do Sindicato na plataforma “Linked-In”, lá obtendo a informação sobre o vínculo empregatício do Sindicato com o Ministério da Defesa; e que posteriormente soube da existência de moradores em seu condomínio que trabalhariam para o “Metrópoles”, acreditando que o morador que vazou a foto pudesse ter acesso a um desses colaboradores daquele veículo de comunicação; todavia indicou que não pode se certificar disso, tratando-se apenas de suposições. Referente a se sabia que a manifestação iria evoluir para atos de vandalismo, invasão de prédios públicos ou depredação de bens, respondeu que não, que os manifestantes, pelo que observou, em sua maioria, eram pessoas idosas ou de meia idade, e que durante muito tempo se manifestaram de forma pacífica; que o deslocamento dos manifestantes para Esplanada dos Ministérios, segundo soube posteriormente, foi apoiado pela própria Polícia Militar do Distrito Federal, sendo que o Sindicato e sua esposa imaginavam tratar-se de movimento pacífico, e que a presença de ambos no local estava amparada no art. 5º, inciso IV, da Constituição Federal, que dispõe ser livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato, bem como direito de ir e vir, também garantido pela Constituição. Alegou que estavam lá para observar um movimento que entendiam ser pacífico e democrático, usando sua prerrogativa constitucional. Ainda afirmou que tomou conhecimento da publicação da foto, no dia 08 de janeiro de 2023, por ligação recebida de um amigo da Marinha, por volta de 18h30, que lhe informou sobre a publicação da matéria no veículo de comunicação “Metrópoles”. Além disso, alegou que se sentiu extremamente constrangido e abalado emocionalmente pela publicação, e que toda a mídia passou a explorar a foto, fazendo

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

RESERVADO

RESERVADO



alusão à participação do Sindicato como se criminoso fosse, e que toda a sua família e parentes ficaram constrangidos e preocupados com a repercussão do caso; que sua honra e reputação foram vítimas de matéria sensacionalista, sendo acusado de crime sem prova ou indício de prova, apenas com base em foto enviada criminosamente ao jornalista envolvendo seu nome. Perguntado se gostaria de prestar mais algum esclarecimento, declarou que nada mais tinha a declarar, não obstante gostaria de disponibilizar o seguinte documento a ser juntado aos autos da presente Sindicância: documento intitulado “Mapa de Tempo x Movimento”, com duas folhas, contendo registros fotográficos obtidos no dia dos fatos narrados, incluindo registro de sua chegada a sua residência.

3 – CONCLUSÃO

Diante do relatado acima, com base nos elementos acostados à notícia de fato que motivou a presente sindicância, na inquirição do Sindicato e na documentação juntada aos autos, verifica-se que a presença do Sindicato no gramado da Esplanada dos Ministérios, juntamente com sua esposa, constituiu-se em um ato isolado, sem envolvimento com os manifestantes, em que a participação teve a natureza de observar, de forma pacífica, uma manifestação, que o casal supunha ser ordeira e democrática. Além disso, pelos registros fotográficos apresentados pelo Sindicato, pode-se observar que o casal não esteve envolvido em atos de vandalismo, invasão de prédios públicos ou confronto com a Polícia Militar do Distrito Federal. Corrobora essa conclusão o fato de que não é possível observar tais atos na foto publicada no Portal de notícias “Metrópoles”. Além disso, o Ministério Público Militar, no Despacho nº8 GAB 2ªPROC 1º OF/PJM/BSB/DF/MPM, na Decisão proferida pela Procuradora de Justiça Militar, Dra. Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, consta que “Da notícia e da foto, somente se verifica que o casal posou em frente ao Congresso Nacional na data em que ocorreram as invasões e atos de vandalismo já amplamente divulgados pela imprensa. Tal fato não é crime militar e, portanto, não há atribuição desta procuradoria para investigar o contido na representação”.

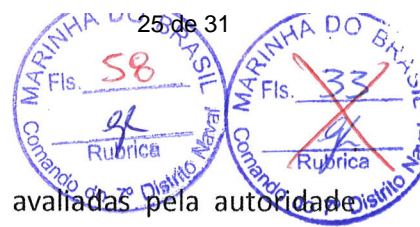
Conclui-se, portanto, que a ocorrência não constitui ilícito penal ou contravenção disciplinar.

Caso surjam fatos novos, durante o decorrer das investigações realizadas pelo Departamento de Polícia Federal, tais fatos deverão ser julgados pelo Poder Judiciário, devendo

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

RESERVADO

RESERVADO



eventuais e futuras implicações administrativo-disciplinares serem avaliadas pela autoridade administrativa competente.

Diante do exposto, no caso concreto, recomenda-se arquivamento do presente procedimento sem a atribuição de responsabilidade administrativa/disciplinar ao sindicado.

Sejam estes autos conclusos ao Comandante do 7º Distrito Naval, a quem cabe decidir e exarar a Solução.

Brasília-DF, 25 de abril de 2023.

Antônio Manoel Senechal Neto
ANTÔNIO MOREIRA DANIEL NETO
Capitão de Mar e Guerra
Encarregado da Sindicância

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

RESERVADO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: OfExt-01.2-49-2023-Com7DN-PJM-AnA---Conclusao-Sindicancia---
Noticia-Fato-n.-210.2023.00008---084.1.01.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

ALEXANDRE MANTOVANI DE OLIVEIRA (CPF 015.923.149-37) em 01/06/2023 13:33:24 -03

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

RESERVADO**SOLUÇÃO**

Verificando-se os autos da Sindicância instaurada pela Portaria nº 67/2023, de 07FEV2023, deste Comando, conduzida pelo Capitão de Mar e Guerra 87.3003.54 ANTONIO MOREIRA DANIEL NETO, que apurou o teor da Notícia de Fato nº 210.2023.000008, instaurada e arquivada na Procuradoria de Justiça Militar em Brasília, com base em matéria divulgada no portal de notícias Metrôpoles, em desfavor do Capitão de Mar e Guerra (Refº-T) 85.0003.88 VILMAR JOSÉ FORTUNA, recebida neste Comando pelo Ofício nº 1/SEC/2ºPROC/BSB/DF/MPM, de 18 de janeiro de 2023, da Procuradoria da Justiça Militar em Brasília/DF, resolvo:

a) concordar com o Relatório apresentado pelo Encarregado da Sindicância, que constatou que a presença do Capitão de Mar e Guerra (Refº-T) 85.0003.88 VILMAR JOSÉ FORTUNA no gramado da Esplanada dos Ministérios, juntamente com a sua esposa, constitui ato isolado, sem qualquer envolvimento com atos de vandalismos, invasões de prédios públicos, ou confrontos com a Polícia Militar do Distrito Federal, porquanto, enquanto o casal permaneceu no local, a manifestação era ordeira e democrática, conforme os registros fotográficos apresentados pelo próprio Sindicado;

b) concluir que o fato apurado não constitui ilícito penal ou contravenção disciplinar;

c) encaminhar cópia do Relatório e da Sindicância à Procuradoria de Justiça Militar em Brasília/DF.

e) determinar o arquivamento da Sindicância, na forma do inciso 3.39.3 da DPGM (3ª Revisão).

Brasília-DF, 12 de maio de 2023.



JOSÉ VICENTE DE ALVARENGA FILHO

Vice-Almirante
Comandante

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

RESERVADO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: OfExt-01.2-49-2023-Com7DN-PJM-AnB---Conclusao-Sindicancia---
Noticia-Fato-n.-210.2023.00008---084.1.01.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

ALEXANDRE MANTOVANI DE OLIVEIRA (CPF 015.923.149-37) em 01/06/2023 13:34:17 -03



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

JOSE VICENTE DE ALVARENGA FILHO (CPF 905.639.807-53) em 01/06/2023 16:17:45 -03

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023



**MINISTÉRIO DA DEFESA
MARINHA DO BRASIL**

RESERVADO

TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Brasília, DF.
Data:01/06/2023.

Nº 01.2-27

ÓRGÃO/ENTIDADE: COMANDO DO 7º DISTRITO NAVAL.	
CÓDIGO DE INDEXAÇÃO: 62055.004700/2023-90.R.21.01/06/2023.01/06/2028.N.	
GRAU DE SIGILO: RESERVADO.	
CATEGORIA: 21 Defesa Nacional.	
TIPO DE DOCUMENTO: OfExt nº 01.2-49/2023 (R), do Com7ºDN.	
DATA DE PRODUÇÃO: 01/06/2023.	
FUNDAMENTO LEGAL PARA CLASSIFICAÇÃO: Inciso IX, art. 25 do Decreto nº 7.724/2012.	
RAZÕES PARA A CLASSIFICAÇÃO: O presente expediente versa sobre procedimento administrativo disciplinar, cujo acesso não autorizado pode comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações.	
PRAZO DA RESTRIÇÃO DE ACESSO: CINCO ANOS.	
DATA DE CLASSIFICAÇÃO: 01/06/2023.	
AUTORIDADE CLASSIFICADORA:	
JOSÉ VICENTE DE ALVARENGA FILHO Vice-Almirante Comandante	
<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">ASSINADO DIGITALMENTE</div>	
AUTORIDADE RATIFICADORA (quando aplicável)	Nome/Cargo/Assinatura
DECLASSIFICAÇÃO em ____/____/____ (quando aplicável)	Nome/Cargo/Assinatura
RECLASSIFICAÇÃO em ____/____/____ (quando aplicável)	Nome/Cargo/Assinatura
REDUÇÃO DE PRAZO em ____/____/____ (quando aplicável)	Nome/Cargo/Assinatura
PRORROGAÇÃO DE PRAZO em ____/____/____ (quando aplicável)	Nome/Cargo/Assinatura

RESERVADO

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



ARQUIVO: TCI-01-2.27-2023-Com7DN-OfExt-01-2.49-2023-Com7DN-PJM-
Conclusao-Sindicancia---Noticia-Fato-n.-210.2023.000008---084.1.01---ICP-Brasil.pdf

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas.



Tipo III - Assinatura ICP-Brasil

JOSE VICENTE DE ALVARENGA FILHO (CPF 905.639.807-53) em 01/06/2023 16:19:08 -03

Assinado eletronicamente por: HUGO FABRINO em 02/06/2023

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO****MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR****3º Ofício da 2ª Procuradoria de Justiça Militar em Brasília /DF****NF nº 210.2023.000008****DECISÃO**

Ciente da documentação juntada ao Evento 14.

Considerando que a conclusão da sindicância na Marinha (Evento 14) não teve o condão de trazer fatos novos que pudessem ensejar a reapreciação do caso, mantenho o arquivamento da presente Notícia de Fato.

Brasília, 2 de junho de 2023.

(Documento assinado eletronicamente)

Caroline de Paula Oliveira Piloni**Promotora de Justiça Militar**

Assinado eletronicamente por: Dra. CAROLINE PILONI em 02/06/2023